

O FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA E PÓS PANDEMIA

Ao falar de controle social atualmente se faz necessário antes, destacar que venho de uma experiência de controle sobre algumas políticas num município de pequeno porte II. Para dialogar um pouco, parto da experiência breve que tenho como pesquisadora das questões de gênero, da assistência social, mas com recorte na participação, sigo assim alguns autores que são necessários de serem destacados neste caminho da pesquisa. Dentre estes, trabalho com Maria da Glória Gohn, neste recorte específico a partir do seu livro *Conselhos Gestores e Participação sociopolítica*. Autores conhecidos do serviço social como Dallari. Busco sempre no meu cotidiano estar relacionando prática e teoria, não consigo vê-las dissociadas, principalmente neste momento abstruso que vivemos, temos que estar cada vez mais munidas/os de conhecimento e entender sempre como se dá a unidade entre a teoria e prática.

Enfim, falar sobre controle social é buscar entender sobre participação, Gohn (2008), diz que participação é uma lente que possibilita lançar um olhar ampliado sobre a História. Para Teixeira (2002), a participação não é exercida sem dificuldades objetivas, pois considera que as desigualdades econômicas, sociais, culturais e étnicas podem influenciar na constituição de certos movimentos sociais, criando espaços fragmentados, descrentes, principalmente entre estes movimentos sociais. Assim, a dificuldade também para os Sindicatos, como nós do SASEC, deparamo-nos com vários desafios para continuar participando das nossas ações, lutas e bandeiras, num momento de desmonte, de perdas. Onde identificamos cada vez mais o/a trabalhador/a acuado/a, perdendo seus direitos diariamente.

Para estudiosos como Dallari (1984), a partir do momento que uma determinada pessoa não quer assumir a responsabilidade de decidir, acaba por tomar uma decisão, ou seja, a de permitir que outras pessoas decidam em seu lugar. Lembra que um sistema político só é democrático quando as decisões são tomadas com liberdade, respeitando a maioria. Para Gohn (2007), a palavra participação é uma das mais utilizadas no vocabulário político, científico e popular da modernidade, aparecendo associada a outras palavras como democracia, representação e outras, dependendo da conjuntura histórica, como da própria época a qual está sendo discutida. Considera, ainda, a autora, que vários foram os teóricos que fundamentaram o sentido atribuído à participação, sendo o termo analisado segundo níveis básicos a partir do que chamou de conceitual, político e prática social. Neste momento só nos interessa os dois últimos níveis, sendo que o primeiro vamos encontrar a partir dos processos de democratização, podendo ser utilizado como “um discurso mistificador em busca da mera integração social de indivíduos” exemplificados por meio das políticas sociais de controle social implantadas de forma a regular a sociedade. Quanto ao terceiro, referente às práticas, “relaciona-se ao processo social propriamente dito; trata-se das ações concretas engendradas nas lutas, movimentos e organizações para realizar algum intento”.

Segundo autores como Carvalho (1995) e Gohn (2007), a questão da participação no Brasil, remete-se a fatos históricos desde os tempos em que surgiram as primeiras lutas da colônia contra a metrópole. Entretanto, a participação política segundo Carvalho (1995), estimulada por políticas públicas estatais, surgiu com a ideia de participação comunitária, sob forte influência norte-americana. Tanto de maneira ideológica como prática, o movimento surge para dar respostas às questões referentes à relação entre pobreza e doença. O mesmo autor enfatizava que, na América Latina, este modelo não teve tanta repercussão, entretanto, na década de 1950 aparece o que se chamou de desenvolvimento da comunidade. Uma proposta também americana de ajuda aos países em processo de subdesenvolvimento no movimento da guerra fria. Para Gohn (2007, p.

50), neste período a participação “era pensada como incorporação dos indivíduos em ações previamente elaboradas pelas autoridades ou grupos de missionários que desenvolviam programas assistenciais nas comunidades”. Enfim, foi dada ênfase a essa questão, em razão dos vários níveis de envolvimento de certas categorias profissionais a essas práticas sociais, bem como, o uso da máquina estatal através das ações sociais que também contribuíram com o seu fortalecimento, sobretudo, como as ações praticadas pelas primeiras damas, da nossa LBA por exemplo, que contribuíram para o distanciamento de uma participação mais crítica e democrática.

Com a constituição de 1988, vamos resgatar formas antigas de participação, a partir da gestão de conselhos populares aos institucionalizados. Estamos inseridos é claro nos modelos de conselhos que nos oportunizam participar da gestão de políticas, criados por leis originárias. Assim, em pleno retorno da democracia no país já nos víamos desafiados diante de tantos contextos, fissuras, divergências, forças políticas que envolviam uma gestão efetiva por parte dos conselhos setoriais e de direito, imaginemos hoje após um período de desmantelamento das nossas organizações, dos desmontes em series de vários equipamentos, retaliações e perseguições a entidades que vinham buscando contribuir com as políticas públicas neste país, pós 88? Os casos mais expressivos de desmonte começaram a se pontuar a partir de 2019, com a chegada ao poder de um governante que acreditava que o **“O erro da ditadura foi torturar e não matar”** (2008 e 2016). Ou quando disse ainda **“Através do voto você não vai mudar nada nesse país, nada, absolutamente nada! (...)”** (1999)

Chegando ao poder, vimos as mudanças ocorridas em termos de reestruturação das pastas ministeriais, o extermínio de temas e debates importantíssimos para quem acredita na formação da sociedade brasileira de forma plural e diversa. Dentre as reformas observadas se deu exatamente sobre alguns conselhos setoriais e de direitos. A própria imprensa destacava, **“Bolsonaro reduz vaga e murcha participação social em conselhos.” Ou seja, para o governo a melhor opção era ter menos gente opinando e ou interferindo na gestão do governo.** É claro, não se pode dizer que isso é algo exclusivo do governo Bolsonaro, há muitos anos, os conselhos passavam por mudanças quando se assumia gestores despolitizados, trabalhadores sem conhecimentos técnicos na gerencia das políticas, aqui abro destaque para política de assistência social, e todas aquelas que são geridas pela pasta. Contudo, numa proporção mais elevada e de destaque nos últimos 18 anos aproximadamente creio que tenha acontecido no desgoverno atual. Segundo resgate feito pelo jornalista Hanrikson de Andrade aos 27 dias de junho de 2019, entre os conselhos e demais espaços extintos e reestruturados a reportagem do UOL analisou a lista e selecionou os 17 que demandavam participação social mais efetiva devido à natureza de suas discussões e decisões, como o Conselho Nacional de Política Cultural, o Conselho Nacional do Meio Ambiente, o Comitê Inter setorial da População em Situação de Rua. Na mesma reportagem, era destaque para o momento a extinção do Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). Em termos de redução na participação da sociedade civil, tivemos o Conselho Nacional de combate à discriminação que rebatia exatamente sobre a população LGBT, quando estes tinham uma representatividade de 15 vagas passou a ter 03 vagas. O levantamento diz que antes eram 465 membros, no total, e hoje são 249 nesses 17 colegiados. O número de vagas para participação social caiu de 201 para 104.

Já descrevia Gonh(2008) antes do desgoverno, que as questões de representatividade e da paridade constituíam problemas cruciais a ser melhor definidas nos conselhos gestores de uma forma geral, dentre estas, a autora destacava: a não existência de critérios que garantisse uma efetiva igualdade de condições entre participantes, colocava que a ausência de estrutura jurídica que desse amparo legal e obrigasse o executivo a acatar as decisões dos conselhos não garantia as

implementação das decisões de forma efetiva, principalmente quando as pautas contrariavam interesses dominantes, outra questão pontuada referia-se a ausência de vínculos permanentes entre os/as conselheiros/as e a comunidade que o/a elegeu. Nos casos mais particulares, estes representantes da sociedade civil tem vínculo inclusive com o governo. No caso da assistência social, temos os exemplos daqueles que não seguem as deliberações na Resolução 06 de 21 de maio de 2015 do CNAS, estando totalmente inadequados para o devido funcionamento em termos de paridade e representatividade. A mesma autora colocava em 2011, que em relação à paridade, “ela não é uma questão apenas numérica, mas de condições de uma certa igualdade no acesso à informação, disponibilidade de tempo etc. A disparidade de condições para participação em um conselho de membros advindos do governo daqueles advindos da sociedade civil é grande. Os primeiros, muitas vezes trabalham em atividades dos conselhos durante seu período de expediente de trabalho normal remunerado, tem acesso aos dados e informações de forma mais fácil, pode ter infraestrutura de suporte administrativo, bem como estão habituados a linguagens tecnocráticas, enquanto os membros da sociedade civil não tem certos acessos, inclusive lhes faltam capacitações, assim a atuação dar-se de forma fragmentada.

E em tempos de pandemia e pós pandemia? vejo os enormes desafios principalmente para sociedade civil, ao considerar inclusive quem são os nossos usuários que devem compor os conselhos da assistência social hoje. Sabemos que a principal demanda de atendimento feito pela política é direcionada à mulher, estando ela mais presente nos espaços de atendimentos, assim, são estas nas sua maioria a compor os conselhos enquanto usuárias, como demais membros da sociedade civil, considerando o número de trabalhadores/as da assistência social serem do gênero feminino. Portanto, tão grande fora enfrentar nestes últimos meses os desafios tecnológicos, articulados com as demandas internas e domésticas. Sabe-se que para estas mulheres o crescimento de problemas relativos a sua saúde mental cresceu exponencialmente. Sem falar que estes podem ter ocorrido também em decorrência da violência que muitas mulheres sofreram nos últimos seis meses.

Contudo, em meio a tantos desequilíbrios, e ajustes, a necessidade de operacionalizar um aplicativo surgiu como uma das principais necessidades atuais, o mesmo abriu caminhos para novos acessos, novos conhecimentos, no entanto, isso para uma determinada classe social. Nossos usuários/as ainda estão distantes do acesso mais universal de saberes de instrumentos propícios ao exercício da participação. Assim, pós pandemia de forma muito sucinta, pode-se dizer que alguns desafios são ainda pertinentes e existem desde a criação dos conselhos setoriais, contudo, em meio a realidade atual, conjuntural e estrutural, tornam-se ainda mais preponderantes quanto a necessidade de formação política desses sujeitos, se for de forma remota que se abra a possibilidade de fornecimento desses meios para que a sociedade civil, principalmente o/as usuário/as e conselheiros/as possam entender o espaço da política para fiscalizar e propor também políticas, capacitar acerca da visão geral da administração, estes inclusive não podem ver o conselho como substituto da democracia representativa nem como braços auxiliares do executivo, tão pouco substituto da participação popular geral, volto a ressaltar os representantes da população precisam ter igualdade de condições, principalmente para que a participação se dê de forma qualificada. Para finalizar deixo a citação de Gohn para sonharmos e concretizarmos...

Gohn(2008) afirma que a emancipação não é um receituário de regras a seguir, fruto do desejo dos sujeitos, indivíduos, isoladamente. A emancipação real constrói-se na prática cotidiana, exigindo uma proatividade, com metas a seguir, que seria a autonomia. E esta é uma construção que parte de um campo ético e político de respeito ao outro, sem se relacionar ao campo do pessoal, não havendo

subordinação, dominação, interesses, inclusive, segundo a autora, “particularistas de poder.” [...] “adquirem uma linguagem que possibilita ao sujeito participar de fato, compreender e se expressar por conta própria” (GOHN, 2008, p. 33).